

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, janeiro de 2021, número 157. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**AS MANIFESTAÇÕES DO CAMPO COMO FORMA DE RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS  
SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL**

### ARTIGO DO MÊS

**UMA ANÁLISE CRÍTICA AO PROJETO DE LEI Nº 2.963/2019  
REGULAMENTA A AQUISIÇÃO, POSSE E O CADASTRO DE PROPRIEDADE RURAL POR  
PESSOAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL**

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

### EVENTOS

**XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA 2021**

UEPA/Belém – Pará, 07 a 14 de abril de 2021.

**XX Encontro Nacional Geógrafas e Geógrafos – ENG 2021**

USP/São Paulo – São Paulo, julho de 2021 (data a definir).

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Experiências  
históricas de  
Reforma Agrária no  
mundo.**

Org.: João Pedro  
Stédile.

Este livro, primeiro volume de uma coleção sobre a reforma agrária no mundo, apresenta o debate em torno das diferentes experiências de reforma agrária nos diferentes países, uma vez que o conhecimento destas experiências é uma grande lacuna imposta a nós pela hegemonia dos interesses do capital e do latifúndio como um todo.



**Webinar Rede  
DATA LUTA**

Realização:  
Rede

DATA LUTA.

Canal de webinars da Rede DATA LUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confirmam os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATA LUTA/videos>.



**PodCast Unesp –  
Pod Territorial.**  
Autores: Vários

O PodCast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para  
<http://podcast.unesp.br/>

ouvir/baixar:

### EQUIPE:

[coordenacaoboletimdataluta@gmail.com](mailto:coordenacaoboletimdataluta@gmail.com)

Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Lara Dalperio Buscioli,  
Aline Albuquerque Jorge, Angela dos Santos Machado,  
Lucas de Brito Wanderley e Willians Ventura Ferreira de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/rede-dataluta/>

## **AS MANIFESTAÇÕES DO CAMPO COMO FORMA DE RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL**

**Lara Dalperio Buscioli**

Doutoranda em Geografia

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.

[lara.dalperio@gmail.com](mailto:lara.dalperio@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

As manifestações do campo adquirem importância por ser uma forma de estratégia de luta que complementa as ocupações de terras, pois se estabelecem a partir da perspectiva de reivindicações também pela permanência nos territórios camponeses/indígenas/quilombola, pela melhoria na qualidade de vida da população do campo e pela transformação das estruturas agrárias.

Pereira (2012) aponta que as manifestações do campo agregam elementos novos e importantes na compreensão do significado do processo de territorialização da luta pela terra, refletindo sobre os conteúdos estruturais presentes que deveriam ser de interesse social.

As manifestações de terra e todas as ações dos movimentos têm que gerar incômodos a sociedade e a mídia tem contribuído para propagar a partir da perspectiva do caráter radical e subversivo destas ações análises negativas sobre as lutas. Pois, ela se mantém numa posição muito distante da imparcialidade, colocando sob o viés político apenas a perspectiva defendida pela elite brasileira (FELICIANO, 2009), por “serem práticas potencializadoras de transformação, são vistas e julgadas como práticas subversivas, contra as boas condutas, a ordem e o contrato social vigente (FELICIANO, PEREIRA, 2014, p. 123), afastando cada vez a população do interesse pelas questões do campo e a necessidade de justiça social.

Diante de tais questões, este trabalho<sup>1</sup> visa apresentar a espacialização das manifestações do campo entre os anos de 2000 e 2019, como forma de resistência dos movimentos socioterritoriais brasileiros, bem como as principais reivindicações estabelecidas nesta forma de ação que decorrem a partir de vários processos, em que o território se coloca como elemento de centralidade.

Para suprimos os objetivos estabelecidos, realizamos como procedimentos metodológicos a produção de informação qualitativa via pesquisas bibliográficas do principal tema do trabalho e a produção de informação quantitativa com a sistematização do Banco de Dados da Luta pela Terra em consonância com a Comissão Pastoral da Terra das ações de manifestações do campo, em que foram tabulados no programa Excel, cartografado via PhilCarto e arte final com o programa CorelDraw.

Assim, dividimos o trabalho em duas partes para melhor compreensão: A primeira intitulada “Breve Debate Sobre as Manifestações do Campo” corresponde aos debates iniciais sobre as manifestações do campo no contexto de ação de resistência dos movimentos socioterritoriais e como os estudiosos tem trabalhado tal conceito, já a segunda parte “A Espacialização das Manifestações do Campo entre 2000-2019” tem como objetivo analisar cartograficamente estas ações nas macrorregiões brasileiras apontado suas principais reivindicações.

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte das discussões em desenvolvimento da tese de doutorado intitulada “Estado, Capital e Movimento Socioterritorial na Produção de Alimentos: Os Territórios da Agroecologia no Pontal do Paranapanema (SP)” com orientação do professor doutor Bernardo Mançano Fernandes e fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo 2019/16813-7).

## **BREVE DEBATE SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DO CAMPO**

Segundo Moura; Víctor; Cleps Junior (2012), as manifestações são atos políticos na perspectiva de reivindicação de demandas individualizadas ou coletivas, significam um embate de forças com intuito de romper com os privilégios estabelecidos pela sociedade a determinados segmentos, ou seja, manifestar é um ato de mostrar aonde está o erro, onde ocorre o incômodo e como podemos promover as mudanças estruturais evidenciadas a partir das conflitualidades existentes.

Comeford (1999) compreende que as manifestações partindo da perspectiva das movimentações dos corpos sociais e da força que elas obtêm, caracterizam-se como a demarcação de fronteiras socioespaciais que legitimam publicamente suas formas de reivindicações e respostas por diversos segmentos e sujeitos da nossa sociedade, tais como “autoridades públicas” e poder público.

As manifestações, em si, objetivam mostrar que algo não está adequado e a massa populacional está se mobilizando para cobrar mudanças das autoridades políticas, e estas por sua vez têm de mudar a forma de encarar esse movimento que tem crescido e sinalizado problemas na sociedade e no sistema instalado. Tais formas de luta tentam e conseguem cada vez mais chamar atenção da população e das autoridades para a sua causa, em busca de soluções (FELCIANO, 2009).

As manifestações representam um termômetro para os conflitos que envolvem os sujeitos do campo brasileiro, demonstrando a vitalidade dessas populações e dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais organizados no sentido de terem as suas reivindicações ouvidas pelos Governos, pois o descaso da justiça é evidente sobre estes sujeitos que lutam e reivindicam (MOTTA, 2006).

A partir da perspectiva os conflitos no campo, as manifestações adquirem um significado de esperança e uma bandeira de luta, visto que, em primeiro lugar há possibilidade de recreação do viver. E os tipos de manifestações refletem as diferentes formas encontradas pelos movimentos socioterritoriais na materialização das suas reivindicações (FELICIANO, PEREIRA, 2014).

Neste contexto, as manifestações são consideradas instrumentos de lutas os movimentos socioterritoriais partindo da sua capacidade de articulação e organização interna para as questões relativas aos problemas e dificuldades do campo, conforme apontam Moura, Víctor e Cleps Junior (2012): “A concentração fundiária, falta de políticas públicas para o meio rural, direitos não atendidos, enfim, um conjunto de fatores que exigem dos movimentos sociais expor suas forças de mobilização por meio das manifestações no processo de luta pela terra (p. 2).

As manifestações referem-se as lutas do contexto político de cada período governamental em consonância com as políticas estabelecidas nesta conjuntura. Pereira (2012) aponta que se tratando da luta pela terra com as manifestações do campo à política pública de reforma agrária é a reivindicação mais importante desses movimentos, na perspectiva contrária ao modelo de desenvolvimento que se estabelece a partir do agronegócio, se especializando em grande parte dos municípios brasileiros e concentrando o maior número de pessoas possíveis em suas ações.

Em relação aos tipos de políticas reivindicadas nas ações de manifestações Feliciano (2009) aponta nove direcionamentos: 1) contra implantação de um modelo único de desenvolvimento para o campo tais como contra barragens monoculturas privatizações transgênicos; 2) políticas de combate à fome e a

pobreza, 3) políticas de desenvolvimento para o campo como assistência técnica renegociação de dívidas, incentivos fiscais, seguro defeso, educação, infraestrutura e liberação de crédito; 4) políticas de reforma agrária como reassentamento, assentamento e reforma agrária; 5) políticas de regularização fundiária; 6) políticas ambientais; 7) políticas para as populações tradicionais do campo como demarcação de terras, quilombos e titularização de territórios; 8) políticas trabalhistas e assuntos relacionados à indenização e seguridade social; e 9) políticas de respeito aos direitos humanos tais como cumprimento de acordos combate à justiça e a violência, libertação de presos e contra impunidade.

Compreendemos que essas políticas representam a dinamicidade das pautas políticas relacionadas as manifestações do campo, que vão desde as perspectivas contrárias ao modelo de desenvolvimento do agronegócio que deteriora o meio ambiente, que mata os camponeses, que provoca o adoecimento da população até o entendimento do papel dos governos nas questões de políticas de regular a regularização fundiária, de reforma agrária, nas questões trabalhistas etc.

Como aponta Silva (2016), as manifestações tem como objetivo a mobilização dos sujeitos para que conheçam a pauta das reivindicações, sendo que elas “são organizadas e ocorrem tanto de forma individual pelas organizações sociais e movimentos socioterritoriais quanto coletivas. Nelas, é possível identificar a analisar novas organizações e formas de luta no campo e na cidade” (SILVA, 2016, p. 4).

Além de serem realizadas de forma individual ou conjunta, elas possuem tipologias que conferem as identidades de cada ação e intencionalidades. Pelo DATALUTA (2020), identificamos as tipologias de: acampamento, audiência pública, bloqueio, caminhada, marcha, ocupação, ocupação de agência bancária, ocupação de espaço privado, ocupação de espaço público, formação de acampamento, greve de fome/sede, liberação de praça de pedágio, ocupação de prédio público, ocupação de prédio privado, ocupação de prédio público/privado, ocupação praça de pedágio, outros, , romaria, saque, temática (água, terra, questões ambientais, indígenas, política agrícola) e vigília.

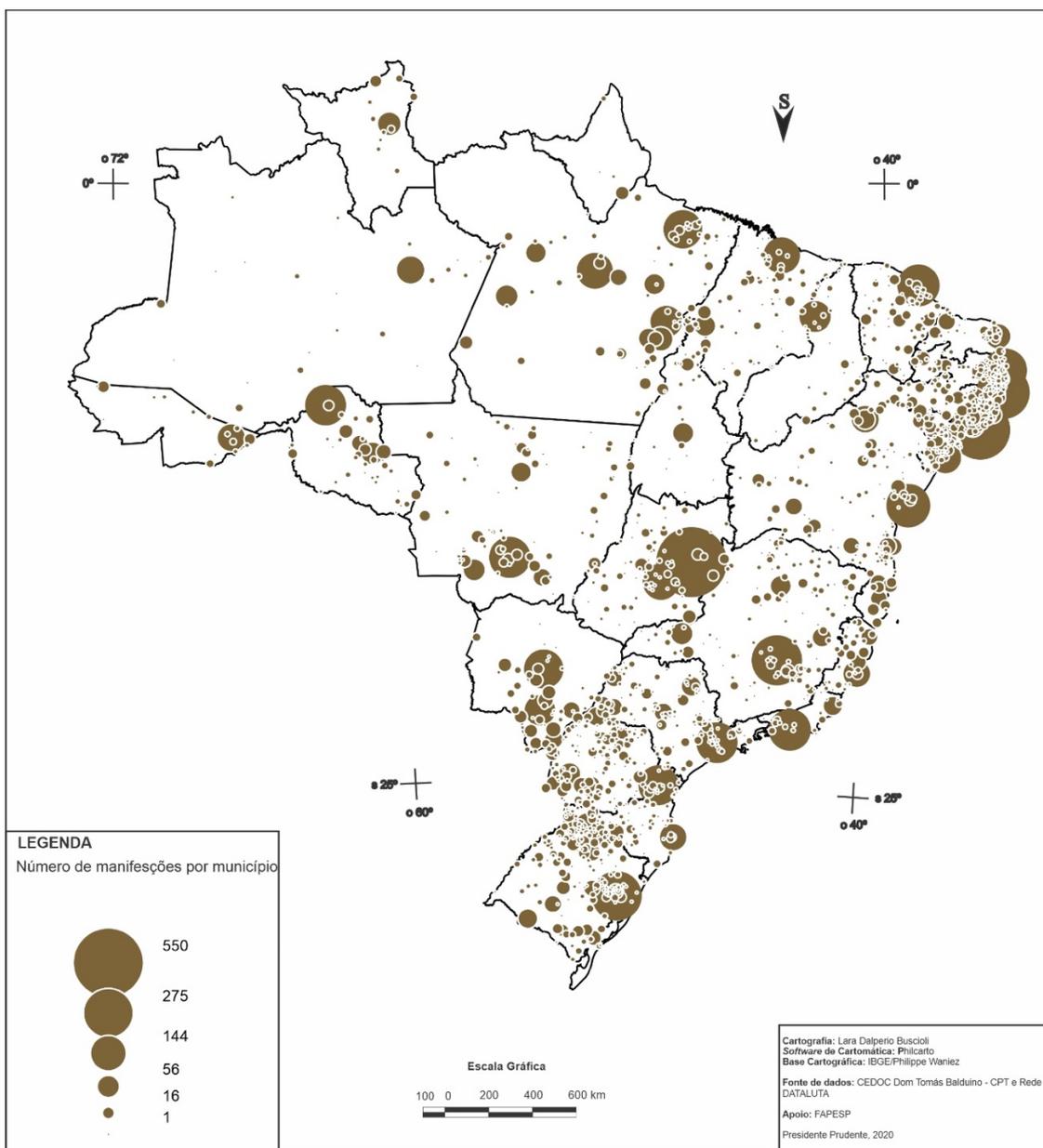
Cada tipologia tem uma forma e um objetivo a ser realizado, por exemplos, acampamentos que são realizados na perspectiva de construção coletiva de determinado território ou política; a ocupação de prédios públicos, tais como prédios governamentais que lidam com a questão da regularização fundiária; ocupação de praça de pedágio contestando a questão normativa/capitalista daqueles territórios; greve de fome e de sede no sentido de luta pela via extrema e sensibilização pela causa defendida; os bloqueios que se estabelecem a partir do impedimento da via de acesso por carros e pessoas; o mesmo por ações de temáticas que correspondem a eventos e atividades realizadas nas agendas dos movimentos socioterritoriais na perspectiva de compreensão multidimensionalidades das temáticas que envolvem o território, bem como as realizações de romarias e vigílias.

Estas tipologias de ações dão significados a partir da compreensão das diferentes espacializações da luta dos movimentos socioterritoriais no Brasil, conforme abordaremos nas páginas que se seguem ao apresentarmos cartograficamente a materialização destas conflitualidades na forma de manifestações do campo no Brasil

## A ESPACIALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DO CAMPO ENTRE 2000-2019

No Brasil entre os anos de 2000 e 2019 foram registradas 14.611 manifestações expressados no mapa 1, com a participação de 7.619.286 pessoas em todos os estados brasileiros. Neste sentido, compreendemos que as manifestações do campo decorrem em diferentes escalas desde a municipal, regional onde se concentram cidades médias das quais localizam escritórios ou prédios públicos responsáveis pelas questões de mandadas, perpassando pelos locais e centros de decisões como nas capitais onde as reivindicações se baseia em pautas nacionais no âmbito das políticas públicas (FELICIANO; PEREIRA, 2014).

Mapa 1: Espacialização das manifestações do campo brasileiras entre 2000-2019



A partir da espacialização das manifestações do campo no mapa 1, podemos observar a importância da região Nordeste (NE) como centro de realização de tais ações reivindicatórias e questionadoras do sistema, com 5.266 ações realizadas representando 36% do total, com a participação de 2.906.902 pessoas (38,2%). Com destaque para os estados federativos de Alagoas (AL), Bahia (BA) e Pernambuco (PE) na representação do número de manifestações realizadas com 1.017, 1.118 e 1.059 respectivamente, bem como no número de pessoas com 428.038, 701.203 e 476.770 de cada estado.

As ações realizadas pelos manifestantes foram acampamentos, bloqueios (de vias de acesso avenidas, rodovias estaduais/federais, linha férrea e pontes), Caminhadas, concentração em espaço público, concentração em espaço privado, greve de fome, marchas, ocupação de agências bancárias (como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Caixa Econômica Federal) ocupação de prédio público (como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério da Agricultura etc.), ocupação de prédio privado (como na área da Adutora do Oeste, Parmalat, Monsanto etc.), romaria, saque, temática (como eventos, encontros e jornadas de lutas), vigília entre outros.

Essas ações tiveram a participação de vários movimentos socioespaciais e socioterritoriais envolvidos, tais como MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Via campesina, Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara/MA (MAB), Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), Fórum Nacional do Fisco (FNF), Movimentos indígenas entre outros.

As principais reivindicações foram relacionadas a questão da terra/território em consonância com as políticas agrícolas, infraestruturas, créditos, renegociação de dívidas, contra injustiças e violências, em favor da reforma agrária, dos direitos humanos e cumprimento de acordos tais como trabalhistas e de cestas básicas para as comunidades que vivem no campo brasileiro, bem como aos relacionados a saúde e educação basilares para condições mínimas de sobrevivência.

Foram registradas também ações como atos em defesa da causa indígena, da reforma agrária, de solidariedade as comunidades do campo, contra ações de empresas estatais e privadas, contra violências praticadas (mortes, assassinatos, tentativas de assassinatos, violências físicas), contra os impactos da transposição do rio São Francisco, contra o Supermercado Makro, contra os projetos de mineração de Urânio, contra a reforma da previdência entre outros.

Houveram registros de manifestações com características de produção, de luta de gênero, da economia solidária, por questões relacionadas as ações governamentais, pela soberania alimentar e territorial dos povos no Brasil como exemplos, destas manifestações podemos citar o banquete contra a Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Feira Agroecológica do Dia Mundial da Água, 1ª Caminhada Agroecológica, 7º Encontro Estadual de Agroecologia e Feira de Roças e Quintais, Encontro Nacional de Agroecologia e III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, bem como o Ato Público em defesa da Agroecologia.

A região Sul (S) do Brasil, fica em segundo lugar com 17,1% de ações realizadas contabilizando 2.502 com a participação de 1.595.922 pessoas (20,9%). Com destaque para o estado do Rio Grande do Sul (RS) com 1.159 manifestações com 748.953 pessoas, seguido do Paraná (PR) com 898 ações (6,1%) tendo 601.508 (7,9%) pessoas participantes e em último Santa Catarina (SC) com 445 (3,0%) manifestações realizadas por pessoas 245.461 (3,2%), conforme evidenciado no mapa 1.

As reivindicações realizadas nestas ações estão relacionadas com a terra/território evidenciando o caráter definidor dos movimentos socioterritoriais, sendo que estava baseadas no enfrentamento contra os produtos transgênicos, contra as monoculturas, contra os agrotóxicos, contra impunidades, contra as injustiças e violências praticadas aos sujeitos que lutam, contra a produção de barragens, contra privatização, em favor da soberania alimentar e reforma agrária, em defesa do meio ambiente e dos recursos naturais como a água, por questões relacionadas a infraestruturas, trabalhistas, políticas públicas.

As ações também estavam relacionadas com as questões produtivas como incentivo aos pequenos produtores/camponeses, créditos e renegociações de dívidas dos sujeitos, pela questão dos preços dos produtos agrícolas, pela doação de cestas básicas a população do campo em condições de vulnerabilidade, bem como ações diretamente ligadas a temática da agroecologia como o Ato em Defesa da Agroecologia, Ato em defesa da Agricultura Familiar e da Agroecologia, I Festa da Semente e Feira Agroecológica, 10ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico entre outros.

Estas ações tiveram como característica de acampamentos, audiência pública, bloqueios (de vias de acesso como pontes, rodovias estaduais/federais e de praças de pedágios) Caminhadas, concentração em espaço público, concentração em espaço privado, formação de acampamento, greve de fome/sede, liberação de praças de pedágios, marchas, ocupação de agências bancárias (como Banrisul-Sicredi e Banco do Brasil) ocupação de prédio público (como o INCRA, prefeituras, canteiro de obras de usinas etc.) ocupação de prédio privado (como na área da Aracruz Celulose, da Empresa Yara Fertilizantes, da Usina Parmalat, da Distribuidora Standard Logística, do Supermercado Extra etc. ), romaria (como a 25ª Romaria da Terra) , saque, temática (como eventos, encontros e jornadas de lutas), vigília etc.

Em relação aos movimentos socioespaciais e socioterritoriais participantes de tais ações podemos citar: MST, CONTAG, MPA, Movimento Unidos pela Terra (MUT), Via Campesina, Movimento Atingidos por Barragem (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Pastoral Juventude Rural (PJR), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional (AJIN), Cáritas, CIMI, Movimentos indígenas e Quilombolas etc.

Conforme podemos observar no mapa 1, a região Sudeste (SE) obteve o terceiro lugar em relação ao número total de manifestações realizadas no período estudado, contabilizando 2.352 ações (16,1%), com 1.035.782 (13,6%) pessoas participantes. Em relação aos seus estados federativos Minas Gerais (MG) registrou maior número de manifestações realizadas com 996 (6,8%) e 487.834 pessoas participantes (6,4%), seguido de São Paulo (SP) com 797 ações (5,5%) e 300.837 (3,9%) pessoas.

As manifestações registradas nestas região tiveram como tipologias: acampamentos, audiência pública, bloqueios (de vias de acesso como pontes, rodovias estaduais/federais e de praças de pedágios) Caminhadas, concentração em espaço público, concentração em espaço privado, greve de fome, marchas,

ocupação de agências bancárias (como Unibanco, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) ocupação de prédio público (como o INCRA, Ministério da Fazenda, INSS, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), etc.) ocupação de prédio privado (como na área de Usinas, da Cargill, da Cevasa, da Odebrech, da Votorantim etc.), romaria, saques (como de leite em Sandovalina no estado de SP), temática, vigília entre outros

As ações estavam vinculadas a vários temas de luta dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais da região, tais como luta pela demarcação de territórios indígenas e a territorialização de mineradoras neles, luta contra injustiças e violências praticadas a população do campo como assassinatos/mortes – de modo especial aos indígenas e camponeses, luta por questões indenizatórias e trabalhistas, ações contra barragens, suas privatizações e o preço da água, bem como pela defesa da água e do meio ambiente.

Em relação as questões de resistência produtiva, nós temos a manifestação em favor de políticas agrícolas, crédito fundiários e renegociação de dívidas, assistência técnica nos territórios rurais, incentivos a pequena produção via campesinato, luta contra os agrotóxicos e a produção de monoculturas. Como ações específicas desta temática podemos citar as Marchas da Agroecologia, Ato de Promoção de Produtos Agroecológicos, Ato por Agroecologia, 4º Encontro Nacional da Agroecologia e 1º Fórum de Agroecologia na Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária.

Com tais aspectos reivindicatórios, estas ações realizadas na região Sudeste, se evidenciam na questão participativa dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais como estudantes, camponeses, indígenas e quilombolas: União Nacional de Estudantes (UNE), CONTAG, MST, Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRAJC), MPA, Via Campesina, CPT, Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), Fórum de Mulheres da Grande BH (FMGBH), Liga Camponesa Pobre (LCP), Centro Alternativa (CAA), MAB entre outros.

Em relação ao Centro-Oeste (CO), as ações de manifestações representaram 15,8% do número total realizado em todo o país, compreendendo 2.305 ações com a participação de 1.275.024 pessoas representando 16,7%. Em relação aos estados cabe destacar com Mato Grosso (MT) com 673 (4,6%) manifestação e 233.322 (3,1%) pessoas e Mato Grosso do Sul (MS) com 629 (4,3%) ações e 180.258 pessoas participantes representando 2,4%, principalmente na causa indígena (mapa 1).

Na perspectiva política, o Distrito Federal (DF) confirma a tese trazida no trabalho que as capitais são territórios estratégicos para a atuação em manifestações, pelo contexto político que elas representam. Nesta localidade, foram registradas 596 (4,1%) manifestações com a participação de 607.848 (8,0%) pessoas (mapa 1), com reivindicações relacionadas a direitos humanos, políticas agrícolas, meio ambiente, questões trabalhistas, saúde, educação e reivindicações relacionados aos indígenas, camponeses e pescadores.

Nesta macrorregião se evidencia o papel da ações conjuntas dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais na luta por mudanças estruturais de nossa sociedade, sendo representativos: Associação Santo Antônio (ASA), Cáritas, Conselho Pastoral de Pescadores (CPP), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Federação de Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), ANMTR, Cimi, CPT, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), MAB, MPA, MST, PJR, Sindicato Nacional dos

Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa (Sinpaf), Greenpeace, Movimentos Indígenas, pescadores e quilombolas.

Os manifestantes realizaram as ações nas formas de acampamentos (como Acampamento Nacional Eldorado dos Carajás e Acampamento Terra Livre), audiência pública, bloqueios (do acesso do prédio da FUNAI, ao Ministério da Fazenda e Palácio do Planalto, Caminhadas, concentração em espaço público, greve de fome/se de, marchas, ocupação de agências bancárias (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) ocupação de prédio público (como do Ministério de Minas e Energia e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), ocupação de prédio privado (como Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e Empresa Rural Whittmann Ltda), temática, vigília (pela Demarcação da Raposa Serra do Sol, pela Amazônia e contra modificações no Código Florestal brasileiro) entre outras.

Estas manifestações na região CO, tinham o intuito de reivindicar questões ligadas ao campo brasileiro como diminuição dos conflitos territoriais como contra a expropriação da população do campo, pela regularização fundiária, pela responsabilidade nos atos violentos (impunidades), contra desmatamentos, garimpos e privatizações, demarcações de territórios indígenas e titulação dos territórios quilombolas, questões que envolvem a água como contra construção de barragens e em favor das indenizações para os atingidos, políticas públicas que envolvem a questão da água, saúde e direitos humanos, ou seja, o meio ambiente em sua totalidade.

Em relação aos aspectos das resistências produtivas temos o registro de várias ações que vão contra a produção de monoculturas e a transgenia de sementes/produções, em detrimento de políticas agrícolas, incentivos a pequena produção e infraestruturas, ou seja, aspectos gerais que envolvem a soberania alimentar e territorial do Centro-Oeste. Cabe destacar as ações que envolvem o campo agroecológico como Ato Público no Dia Internacional do Não Uso dos Agrotóxicos, Protesto contra Agrotóxicos, Feira Agroecológica do Dia Mundial da Água, Marcha realizada via Encontro Estadual Mulheres e Agroecologia entre outras.

Por fim, temos a região Norte (N) do país, registrando 2.178 (14,9%) manifestações realizadas com a participação de 796.086 (10,4%) pessoas. Com destaque para o estado do Pará (PA) com 1.071 (7,3%) manifestações e 458.695 (6,0%) pessoas participantes, seguido de Roraima (RR) com 440 (3,0%) ações com a participação de 183.748 (2,4%) pessoas, evidenciadas no mapa 1.

Estas pessoas eram integrantes dos mais variados movimentos socioterritoriais e espaciais, como CPT, CONTAG, Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança (APRNE), Associação dos Trabalhadores Rurais (ATR), Organizações Independentes, MPA, Central Única de Trabalhadores (CUT), CIMI, Agente Ambiental Voluntário (AAV), ANMTR, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia (Fetagro), Movimento Camponês Popular (MCP), MPA, MST, MAB, Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), Movimento dos Assentamento do Amapá (MAAP), FNRAJC e Fórum das Pastorais Sociais (FPS).

Elas foram realizadas como acampamentos, audiência pública (com indígenas, quilombolas e ribeirinhas), bloqueios (de vias de acesso como avenidas, rodovias estaduais/federais – Transamazônica/BR-222/BR-230/PA-422), Caminhadas, concentração em espaço público, greve de fome/sede, marchas, ocupação de agências bancárias, ocupação de prédio público (como o Instituto

Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, FUNAI e FUNASA), ocupação de prédio privado (como Empresa Vale do Rio Doce, Usina Hidroelétrica (UHE) Belo Monte e Escritório da Norte Energia), romaria (Romaria do Padre Josimo, Romaria da Terra e das Águas, Romaria Fluvial e Romaria da Floresta), temática, vigília entre outros.

As reivindicações partiam das questões ambientais relacionadas as águas e meio ambiente, questões trabalhistas relacionadas ao emprego, da questão educacional a população rural brasileira, da questão dos direitos humanos relacionados a ações de injustiça, violência e cumprimento de acordos, bem como das questões territoriais com a execução da reforma agrária, regularização de territórios/fundiária, contra grilagem e expropriação, em favor dos indígenas, incentivos à pequena produção, políticas públicas e cesta básica.

Também podemos citar as homenagens e lembranças ao caso da Irmã Dorothy, protesto pela reforma agrária e condições de sobrevivência como o Programa Luz para Todos e o Programa de Aceleração do Crescimento, bem como contra a territorialização/criação de Usinas Hidroelétricas e abertura/presença de garimpos/mineração nos territórios rurais de modo especial nos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas (demarcados ou não). Bem como, as ações voltadas a produção de alimentos saudáveis advindos da agroecologia em consonância com o meio ambiente, a luta pela soberania alimentar na luta conta a monocultura e produção agrícola vinculadas aos agrotóxicos tais como II Encontro Tocantinense de Agroecologia e a Feira Agroecológica inserida como atividade do Dia Internacional de Luta das Mulheres.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No panorama geral das manifestações do campo observamos que a questão da terra/território é a centralidade na perspectiva de permanências via luta pela possibilidade de reprodução socioespacial em sua totalidade, com políticas públicas aliada a produção de alimentos saudáveis, a questão de infraestruturas nos assentamentos com saúde e educação de qualidade.

Evidenciamos a diversidade de identidades dos movimentos socioterritoriais e espaciais que realizaram tais ações, compondo um quadro analítico de camponeses, indígenas, quilombolas, sindicatos, confederações, atingidos por barragens, estudantes entre outros. Cabe destacar que a união entre estes movimentos está configurada a partir das suas diferentes territorialidades e reivindicações que questionavam estruturalmente a nossa sociedade, ou seja, a terra/território.

Quando inserimos a análise do número de pessoas participantes em manifestações do campo realizadas pelos movimentos socioterritoriais, a realidade das macrorregiões é alterada, encontram-se Nordeste com o primeiro lugar, seguidos de Sul em segundo, Centro-Oeste em terceiro, Sudeste em quarto e Norte em último lugar.

Em relação aos municípios com maiores índices de manifestações e pessoas participantes, destacamos Maceió (AL) com 397 ações e 226.104 pessoas, Recife (PE) com 317 manifestações e a participação de 205.098 pessoas, bem como Porto Alegre (RS) com 275 ações e 218.422 pessoas participantes. No caso de apenas o número de pessoas participantes das manifestações destacamos o

município de Aracaju, (Sergipe – SE) com 245.867 em 119 ações e somente de manifestações Belo Horizonte (MG) com o registro de 282 com a participação de 115.719 pessoas (mapa 1).

No campo analítico cartográfico, cabe destacar a região Nordeste que obteve os maiores índices em manifestações do campo o que evidencia os processos históricos de conflitos na luta pela/na terra e pela reforma agrária no Brasil em contraposição ao avanço do capitalismo no campo, da produção de commodities que fogem da lógica territorial estabelecidas pelos camponeses, pelos indígenas e pelos quilombolas, ou seja, por todos os sujeitos do campo que lutam diariamente por melhores condições de vida estabelecidas nestes territórios.

## REFERÊNCIAS

COMERFORD, John Cunha. Fazendo a luta: sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. Disponível em: < [http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/06/fazendo\\_a\\_luta.pdf](http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/06/fazendo_a_luta.pdf) >. Acesso em: 15 ago. 2020.

FELICIANO, Carlos Alberto. Territórios em Disputa: Terras (re) tomadas. Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FELICIANO, Carlos Alberto. PEREIRA, Danilo Valentim. Pelas ruas, campos, cidades e avenidas: as ações e manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil 2000-2011. In: CAMPOS, J. F. S.; COCA, E. L. de F., FERNANDES, B. M. DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 117-145.

MOURA, Daise Jesus; VICTOR, Fabiana Borges; CLEPS JUNIOR, João. As Ações Políticas Dos Movimentos Sociais do Campo em Minas Gerais: Manifestações da Luta pela Terra e seus Desdobramentos. In: Encontro Nacional de Geógrafos. Minas Gerais. 2012. Disponível em< <http://www.eng2012.agb.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Lei e justiça conflitos e grilagens em 2006: apontamentos iniciais. In: CPT. Conflitos no campo Brasil/2006. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2007, p. 170-175.

SILVA, Márcia Carolina. A luta pela terra em Minas Gerais - Um estudo sobre as manifestações no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (2000-2015). VIII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG. 24 a 30 de julho de 2016. São Luís (MA). Anais ENG. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br> >. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEREIRA, Danilo Valentin. Estudo sobre as tipologias de manifestações no campo paulista no período 2000-2011. 2012. 87 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2012.